

**José Miguel Garcia Medina**

# **Sentença, coisa julgada e ação rescisória**

**Decisão judicial e formas de estabilização:  
inexistência, invalidade, revisão, rescisão**

**2ª tiragem**

**THOMSON REUTERS**

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Ana Carolina Francisco

*Estagiária:* Aline Pavanelli

*Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital*

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Especialistas Editoriais:* Emanuel Silva, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analistas de Operações Editoriais:* Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial e ProView:* Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

*Estagiárias:* Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

*Capa:* Ariel Villalba e Cinthia Riveros

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analista de Produção Gráfica:* Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Medina, José Miguel Garcia  
Sentença, coisa julgada e ação rescisória : decisão judicial e formas de  
estabilização : inexistência, invalidade, revisão, rescisão / José Miguel Garcia  
Medina. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023.

Bibliografia.  
ISBN 978-65-260-0179-0

1 Direito processual civil - Brasil I. Título.

23-154413

CDU-347.9.81.

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1 Brasil . Direito processual civil 347.9(81)

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

# SUMÁRIO

|                      |   |
|----------------------|---|
| AGRADECIMENTOS ..... | 7 |
| PREFÁCIO .....       | 9 |

## 1.ª PARTE SENTENÇA

### DECISÃO JUDICIAL E CONSTRUÇÃO DA SOLUÇÃO JURÍDICA

|                                                                                                                                                                                                                                           |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. SENTENÇA E DECISÃO JUDICIAL .....                                                                                                                                                                                                      | 21 |
| 1.1. O primeiro problema: sentença como gênero de decisão judicial. As “sentenças interlocutórias” sobre pontos incidentes e emergentes.....                                                                                              | 21 |
| 1.2. Sentenças simples e mistas.....                                                                                                                                                                                                      | 24 |
| 1.3. Aproximações entre os conceitos até aqui apresentados .....                                                                                                                                                                          | 25 |
| 1.4. A sentença <i>interlocutória</i> e a sentença <i>liminar</i> .....                                                                                                                                                                   | 27 |
| 1.5. Decisões final e interlocutória no Código de 2015. A decisão como gênero, a sentença como espécie. Problemas superados e criados pelo legislador .....                                                                               | 28 |
| 2. A SENTENÇA NO QUADRO GERAL DOS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS. APROXIMAÇÕES E DISTINÇÕES .....                                                                                                                                              | 33 |
| 2.1. Evolução dos conceitos, até se chegar ao CPC/2015. Crítica. Do conceito limitado de sentença ao de decisão .....                                                                                                                     | 33 |
| 2.2. Revisitando as classificações. O Código de 2015, as categorias de decisões e sua disciplina. Possíveis repercussões quanto às formas de estabilização (aí incluída a coisa julgada) e ao desfazimento (aí incluída a rescisão) ..... | 39 |
| 2.2.1. Para além da distinção entre sentença e decisão interlocutória.....                                                                                                                                                                | 39 |

|        |                                                                                                                                                                                                                  |           |
|--------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 2.2.2. | Decisões definitivas (ou de mérito). Objeto litigioso e objeto do processo. Questão prejudicial.....                                                                                                             | 39        |
| 2.2.3. | Decisões homologatórias .....                                                                                                                                                                                    | 40        |
| 2.2.4. | Decisões sumárias: mérito e efeitos da decisão definitiva....                                                                                                                                                    | 41        |
| 2.2.5. | Decisões quase definitivas.....                                                                                                                                                                                  | 43        |
| 2.2.6. | Decisões terminativas (ou processuais) .....                                                                                                                                                                     | 43        |
| 2.2.7. | Decisões não terminativas.....                                                                                                                                                                                   | 44        |
| 2.2.8. | Decisões simples .....                                                                                                                                                                                           | 44        |
| 2.3.   | Capítulos da decisão e decisão sobre questão. Questões prévias (preliminares e prejudiciais) .....                                                                                                               | 45        |
| 2.4.   | Decisões, despachos e atos meramente ordinatórios.....                                                                                                                                                           | 48        |
| 2.5.   | Acórdãos e pronunciamentos monocráticos proferidos em tribunais e turmas recursais de juizados. Julgamento colegiado em primeiro grau .....                                                                      | 50        |
| 2.6.   | Forma e publicidade da decisão judicial .....                                                                                                                                                                    | 50        |
| 2.7.   | Utilidade da distinção entre sentença (decisão final) e decisão interlocutória: apenas saber o recurso cabível? Notas comparatísticas. Algumas consequências do cambaleante regime previsto no CPC de 2015 ..... | 53        |
| 3.     | <b>DECISÃO SOBRE OS REQUISITOS PROCESSUAIS E SOBRE O MÉRITO .....</b>                                                                                                                                            | <b>65</b> |
| 3.1.   | Âmbito de incidência dos arts. 485 e 487 do CPC de 2015.....                                                                                                                                                     | 65        |
| 3.2.   | Decisões terminativas (ou processuais) e definitivas (ou de mérito). Variações.....                                                                                                                              | 66        |
| 3.3.   | Decisão terminativa .....                                                                                                                                                                                        | 67        |
| 3.3.1. | Sentença e decisão interlocutória terminativa.....                                                                                                                                                               | 67        |
| 3.3.2. | Função dos requisitos processuais .....                                                                                                                                                                          | 68        |
| 3.3.3. | Abordagem funcional dos requisitos processuais.....                                                                                                                                                              | 69        |
| 3.3.4. | Dogma da prioridade do exame dos requisitos processuais. Primazia do mérito.....                                                                                                                                 | 71        |
| 3.3.5. | Ausência de requisitos processuais e prolação de decisão terminativa.....                                                                                                                                        | 72        |
| 3.3.6. | Requisitos da demanda e mérito. Decisão terminativa e impedimento à repositura da ação. Decisão quase definitiva. Coisa julgada? .....                                                                           | 77        |

|        |                                                                                                                                                                                                                  |     |
|--------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.4.   | Decisão definitiva .....                                                                                                                                                                                         | 80  |
| 3.4.1. | Sentença ou decisão interlocutória sobre o mérito. Decisão sobre o objeto litigioso .....                                                                                                                        | 80  |
| 3.4.2. | Decisão de mérito homologatória .....                                                                                                                                                                            | 81  |
| 3.4.3. | Decisão sobre a decadência ou a prescrição .....                                                                                                                                                                 | 82  |
| 3.4.4. | Espécies de ações e de sentenças .....                                                                                                                                                                           | 82  |
| 3.5.   | Julgamento de ações relativas a obrigação de pagar quantia em dinheiro .....                                                                                                                                     | 86  |
| 3.5.1. | Pedido genérico e condenação líquida .....                                                                                                                                                                       | 86  |
| 3.5.2. | Fracionamento da decisão sobre o mérito .....                                                                                                                                                                    | 87  |
| 3.5.3. | Hipoteca judiciária .....                                                                                                                                                                                        | 89  |
| 3.6.   | Julgamento de ações relativas a prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa .....                                                                                                                      | 91  |
| 3.6.1. | Tutelas típica e atípica de deveres de fazer e de não fazer ....                                                                                                                                                 | 91  |
| 3.6.2. | Dever de entregar coisa. Tutelas típica e atípica .....                                                                                                                                                          | 92  |
| 3.6.3. | Tutela específica e resultado prático equivalente .....                                                                                                                                                          | 93  |
| 3.6.4. | Variações das tutelas preventiva e repressiva: tutelas inibitória, ressarcitória, pelo equivalente, em forma específica (tutela reintegratória e de reparação em forma específica). Perdas e danos e multa ..... | 95  |
| 3.6.5. | Tutela contra o ilícito e desnecessidade de demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo .....                                                                                           | 97  |
| 3.6.6. | Sentença proferida na ação que tem por objeto emissão de declaração de vontade .....                                                                                                                             | 98  |
| 3.7.   | Elementos e efeitos da sentença .....                                                                                                                                                                            | 100 |
| 3.7.1. | Elementos essenciais de sentença e de outras decisões judiciais, definitivas (de mérito) ou terminativas (processuais) .....                                                                                     | 100 |
| 3.7.2. | Relatório, fundamentos e dispositivo. Consequência da ausência de elementos essenciais .....                                                                                                                     | 101 |
| 3.7.3. | Correção da sentença pelo próprio juiz, após sua prolação .....                                                                                                                                                  | 104 |
| 3.8.   | Interpretação da decisão judicial .....                                                                                                                                                                          | 106 |

|       |                                                                                                                                              |     |
|-------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4.    | FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL: RAIZ CONSTITUCIONAL E DISCIPLINA PROCESSUAL.....                                                          | 107 |
| 4.1.  | Processo e criação da solução jurídica no Estado Constitucional.....                                                                         | 107 |
| 4.2.  | A criação da solução jurídica no processo. Complexidade da sociedade e do sistema jurídico.....                                              | 110 |
| 4.3.  | Criatividade e discricionariedade. Decisão judicial como ato lógico, de inteligência e de crítica .....                                      | 112 |
| 4.4.  | Fundamentação, motivação e justificação. Ato de inteligência, declaração e resposta .....                                                    | 115 |
| 4.5.  | “Questão de fato e de direito” e “questão principal” .....                                                                                   | 117 |
| 4.6.  | Questões prévias (preliminares e prejudiciais) e subordinadas (ou dependentes).....                                                          | 118 |
| 4.7.  | Fundamento determinante. <i>Ratio decidendi</i> .....                                                                                        | 119 |
| 4.8.  | Decisão não fundamentada, deficientemente fundamentada e falsamente fundamentada (fundamentação fictícia) .....                              | 119 |
| 4.9.  | Motivação <i>per relationem</i> (ou aliunde) .....                                                                                           | 122 |
| 4.10. | Concisão e exatidão. Exame integral da pretensão das partes ....                                                                             | 123 |
| 4.11. | Decisão certa e relação jurídica condicional. Condenação para o futuro.....                                                                  | 123 |
| 4.12. | Correlação entre pedido (e causa de pedir) e julgamento. Decisões <i>infra</i> (ou <i>citra</i> ), <i>ultra</i> ou <i>extra petita</i> ..... | 124 |
| 4.13. | Fato ou direito superveniente e fato de conhecimento superveniente.....                                                                      | 126 |
| 5.    | FUNDAMENTAÇÃO E DEFINIÇÃO DA NORMA APLICÁVEL AOS FATOS .....                                                                                 | 129 |
| 5.1.  | Adequação da lei à Constituição. Controle jurisdicional de constitucionalidade .....                                                         | 129 |
| 5.2.  | O problema dos <i>hard cases</i> . Os casos “trágicos” .....                                                                                 | 130 |
| 5.3.  | Regras com conteúdo vago ou indeterminado, cláusulas gerais e princípios jurídicos .....                                                     | 131 |
| 5.4.  | Decisão judicial fundada em princípios. “Sopesamento” de princípios colidentes e fundamentação racional da decisão judicial.....             | 133 |
| 5.5.  | Antinomias. Diálogo das fontes ( <i>Dialog der Quellen</i> ) .....                                                                           | 138 |

|       |                                                                                                      |            |
|-------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 5.6.  | Decisão por equidade.....                                                                            | 140        |
| 5.7.  | Consequencialismo e decisão judicial.....                                                            | 140        |
| 6.    | <b>FUNDAMENTAÇÃO E DEFINIÇÃO DA VERSÃO DOS FATOS<br/>SOBRE OS QUAIS INCIDIRÁ A NORMA .....</b>       | <b>143</b> |
| 6.1.  | Identificação de qual das versões da realidade encontra<br>correspondência nas provas.....           | 143        |
| 6.2.  | Ônus da prova. Ônus “objetivo” e “subjetivo”, ou como “regra<br>de julgamento” ou “de conduta” ..... | 145        |
| 6.3.  | Presunções e inversão do ônus da prova .....                                                         | 147        |
| 6.4.  | Distribuição dinâmica do ônus da prova. Teoria das cargas<br>probatórias dinâmicas.....              | 148        |
| 6.5.  | Prova de fato negativo.....                                                                          | 153        |
| 6.6.  | Teoria da verossimilhança preponderante (redução do módulo<br>de prova) e ônus da prova .....        | 153        |
| 6.7.  | Prova e fundamentação racional .....                                                                 | 155        |
| 6.8.  | Do sistema da prova legal ao da íntima convicção. “Livre<br>convencimento” motivado.....             | 156        |
| 6.9.  | Hierarquia entre provas. Formalidades <i>ad probationem</i> e <i>ad<br/>solemnitatem</i> .....       | 157        |
| 6.10. | “Aquisição” (ou “comunhão”) da prova .....                                                           | 158        |
| 6.11. | Regras de experiência .....                                                                          | 158        |
| 6.12. | Apreciação da prova e “convencimento” do juiz. Funções retórica<br>e epistêmica da prova .....       | 160        |
| 6.13. | Desvios cognitivos .....                                                                             | 161        |
| 6.14. | Amplitude e profundidade da valoração da prova .....                                                 | 163        |
| 6.15. | Modelos de constatação ( <i>standards</i> de prova) .....                                            | 163        |

## 2.ª PARTE

### COISA JULGADA E AÇÃO RESCISÓRIA

#### FORMAS DE ESTABILIZAÇÃO. RESCISÃO, REVISÃO, INVALIDADE, INEXISTÊNCIA

|      |                                                                              |            |
|------|------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 7.   | <b>COISA JULGADA: TEORIA GERAL. OUTRAS FORMAS DE<br/>ESTABILIZAÇÃO .....</b> | <b>169</b> |
| 7.1. | Fundamentos da coisa julgada.....                                            | 169        |

|       |                                                                                                                                       |            |
|-------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 7.2.  | Coisa julgada material, imutabilidade e indiscutibilidade.....                                                                        | 171        |
| 7.3.  | Função positiva da coisa julgada. Teorias substantiva e processual.....                                                               | 171        |
| 7.4.  | Função negativa da coisa julgada. Conflito entre decisões transitadas em julgado.....                                                 | 174        |
| 7.5.  | Coisa julgada formal e preclusão.....                                                                                                 | 177        |
| 7.6.  | Limites da cognição judicial e coisa julgada. Indiscutibilidade da questão principal expressamente decidida .....                     | 179        |
| 7.7.  | Indiscutibilidade sobre questão prejudicial expressamente decidida .....                                                              | 180        |
| 7.8.  | Eficácia preclusiva da coisa julgada. Princípio do dedutível e do deduzido.....                                                       | 183        |
| 7.9.  | Impedimento à atuação posterior do órgão jurisdicional (“preclusão <i>pro judicato</i> ”). Relação jurídica de trato continuado ..... | 184        |
| 7.10. | Coisa julgada <i>pro et contra</i> , <i>secundum eventum probationis</i> e <i>secundum eventum litis</i> .....                        | 186        |
| 7.11. | Limites da coisa julgada. Dispositivo. Motivos e “verdade dos fatos”. <i>Discrímen</i> .....                                          | 187        |
| 7.12. | Coisa julgada e motivos determinantes ( <i>ratio decidendi</i> ). Transcendência.....                                                 | 187        |
| 7.13. | Limites subjetivos da coisa julgada .....                                                                                             | 189        |
| 7.14. | Ações coletivas.....                                                                                                                  | 190        |
| 7.15. | Coisa julgada e outras formas de estabilização.....                                                                                   | 193        |
| 8.    | <b>AÇÃO RESCISÓRIA E OUTRAS AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO .....</b>                                                                   | <b>195</b> |
| 8.1.  | Ações autônomas de impugnação previstas no direito brasileiro. Aproximações e distinções entre tais ações e recursos .....            | 195        |
| 8.2.  | Ação rescisória.....                                                                                                                  | 196        |
| 8.3.  | Ação anulatória.....                                                                                                                  | 201        |
| 8.4.  | Ação declaratória ( <i>querela nullitatis insanabilis</i> ).....                                                                      | 202        |
| 9.    | <b>FUNDAMENTOS DA AÇÃO RESCISÓRIA .....</b>                                                                                           | <b>207</b> |
| 9.1.  | Visão geral .....                                                                                                                     | 207        |
| 9.2.  | Prevaricação, concussão e corrupção do juiz. Ausência de <i>animus judicandi</i> .....                                                | 208        |

|        |                                                                                                                                                                   |     |
|--------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 9.3.   | Impedimento do juiz .....                                                                                                                                         | 209 |
| 9.4.   | Incompetência do juízo .....                                                                                                                                      | 210 |
| 9.5.   | Dolo ou coação da parte vencedora. Simulação ou colusão entre as partes .....                                                                                     | 211 |
| 9.6.   | Ofensa à coisa julgada .....                                                                                                                                      | 212 |
| 9.7.   | Violação manifesta à norma jurídica .....                                                                                                                         | 213 |
| 9.8.   | Falsidade de prova .....                                                                                                                                          | 216 |
| 9.9.   | Prova nova .....                                                                                                                                                  | 216 |
| 9.10.  | Erro de fato .....                                                                                                                                                | 218 |
| 10.    | <b>PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA.....</b>                                                                                                         | 221 |
| 10.1.  | Prazo para ajuizamento da ação rescisória .....                                                                                                                   | 221 |
| 10.2.  | Libelo: fundamentos e pedido.....                                                                                                                                 | 227 |
| 10.3.  | Legitimidade.....                                                                                                                                                 | 228 |
| 10.4.  | Tribunal competente para o julgamento da ação rescisória .....                                                                                                    | 231 |
| 10.5.  | Valor da causa .....                                                                                                                                              | 234 |
| 10.6.  | Depósito de valor que poderá ser convertido em multa.....                                                                                                         | 235 |
| 10.7.  | Juízo de admissibilidade e improcedência liminar do pedido rescindente .....                                                                                      | 236 |
| 10.8.  | Suspensão dos efeitos da decisão rescindenda .....                                                                                                                | 237 |
| 10.9.  | Outros aspectos relativos ao processamento da ação rescisória.....                                                                                                | 238 |
| 10.10. | Julgamento da ação rescisória .....                                                                                                                               | 239 |
| 11.    | <b>COISA JULGADA E EXECUÇÃO .....</b>                                                                                                                             | 243 |
| 11.1.  | Natureza da decisão que extingue a execução .....                                                                                                                 | 243 |
| 11.2.  | Extinção do processo de execução em razão da ausência de requisitos de admissibilidade. Correção do vício e ajuizamento de nova ação .....                        | 244 |
| 11.3.  | Desistência da execução e propositura de nova ação .....                                                                                                          | 245 |
| 11.4.  | A causalidade (e não a sucumbência) como fundamento da responsabilidade pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios, no processo de execução ..... | 246 |
| 11.5.  | Execução frustrada e desistência do processo pelo exequente. Honorários advocatícios .....                                                                        | 248 |
| 11.6.  | Prescrição intercorrente. Honorários advocatícios.....                                                                                                            | 252 |

|        |                                                                                                                                                         |     |
|--------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 11.7.  | Declaração de que a obrigação foi satisfeita. Efeito liberatório em favor do executado.....                                                             | 254 |
| 11.8.  | Extinção da execução em razão da satisfação da obrigação e coisa julgada .....                                                                          | 255 |
| 11.9.  | Execução indevida e ressarcimento ao executado .....                                                                                                    | 256 |
| 11.10. | Medidas coercitivas e coisa julgada. Particularmente as questões relacionadas à prisão civil e à multa fixada judicialmente .....                       | 257 |
| 11.11. | Liquidação de sentença e coisa julgada .....                                                                                                            | 262 |
| 12.    | <b>TUTELA PROVISÓRIA: ESTABILIZAÇÃO E COISA JULGADA.....</b>                                                                                            | 267 |
| 12.1.  | Modalidades de tutela provisória: aproximações e distinções ....                                                                                        | 267 |
| 12.2.  | Provisoriedade da tutela de urgência ou de evidência. Distinção entre provisoriedade (da tutela satisfativa) e temporariedade (da tutela cautelar)..... | 269 |
| 12.3.  | “Estabilização” da tutela concedida em caráter antecedente .....                                                                                        | 270 |
| 12.4.  | Ausência de instrumentalidade (ou instrumentalidade atenuada) da tutela satisfativa autônoma .....                                                      | 273 |
| 12.5.  | Ultratividade da tutela satisfativa autônoma e desnecessidade de apresentação de pedido principal.....                                                  | 274 |
| 12.6.  | Provisoriedade e estabilidade dos efeitos da decisão. Inexistência de coisa julgada.....                                                                | 275 |
| 12.7.  | Sentença cautelar e coisa julgada .....                                                                                                                 | 276 |
| 13.    | <b>COISA JULGADA, JURISPRUDÊNCIA E PRECEDENTE.....</b>                                                                                                  | 279 |
| 13.1.  | Entendimento firmado em precedente, jurisprudência e súmula .....                                                                                       | 279 |
| 13.2.  | Controvérsia a respeito do tema na jurisprudência e cabimento de ação rescisória. Problemas relacionados à Súmula 343 do STF .....                      | 284 |
| 14.    | <b>COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL .....</b>                                                                                                             | 291 |
| 14.1.  | Caracterização e formas de impugnação .....                                                                                                             | 291 |
| 14.2.  | Prazo para ajuizamento de ação rescisória .....                                                                                                         | 295 |
| 14.3.  | Relações de trato continuado .....                                                                                                                      | 298 |
|        | <b>BIBLIOGRAFIA .....</b>                                                                                                                               | 305 |